

POLÍTICA DE GOVERNO ELETRÔNICO EM MOÇAMBIQUE: um olhar na perspectiva de uma cultura de informação

POLÍTICA DE GOBIERNO ELECTRÓNICO EN MOZAMBIQUE: una mirada desde la perspectiva de una cultura de la información

Adelio Dias- dedias671@yahoo.com.br

Doutorado em Ciência da Informação – UFMG

Técnico Superior do Centro Cultural Português do Instituto Camões em Moçambique

Marta Macedo Kerr Pinheiro – martapinheiro@eci.ufmg.br

Pós-doutorado em Ciências Sociais da Université Paul Sbatier – França

Professora e pesquisadora da Escola de Ciência da Informação

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Introdução: Reflexão à possibilidade do uso da cultura de informação na política de governo eletrônico em Moçambique, considerando a situação sociocultural do país.

Objetivo: Discutir a pertinência do conceito de cultura de informação na formulação e implementação da política de governo eletrônico em Moçambique, enquanto subdomínio da política de informação.

Metodologia: Revisão de literatura.

Resultados: No panorama moçambicano não há explicitação da informação governamental que norteia os seus programas e ações, particularmente o projeto de governo eletrônico, e existe certa fragilidade de recursos e estruturas de informação, reiterada pela ausência da inclusão, nas políticas públicas de informação, dos aspectos inerentes às realidades socioculturais de Moçambique.

Conclusões: A cultura de informação constitui um dos fatores preponderantes para o sucesso da implementação da política de governo eletrônico, bem como a facilitação da apreensão por parte dos cidadãos, devendo, nesse sentido, direcionar a construção de políticas de informação.

Palavras-chave

Cultura de Informação. Governo Eletrônico. Moçambique.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, é já consensual que diversos governos de diferentes países busquem adaptar-se às realidades derivadas do estabelecimento da Sociedade da Informação (SI), onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) exercem grande influência na forma como o Estado cumpre as suas principais tarefas. Quer nas organizações públicas, quer nas privadas, elas surgem como ferramentas que permitem gerir a informação em novos moldes, de modo a agilizar o seu fluxo e tornar mais eficiente a sua transmissão em relação a tempo, fronteiras e recursos.

Através do uso intensivo de ferramentas tecnológicas, os atuais governos buscam, através de programas e/ou políticas de informação, o controle, fluxos e usos de toda uma cadeia de produção da informação para a exercitação do poder, quer no contexto nacional, como no internacional (BRAMAN, 2006). Dentre esses programas destaca-se o governo eletrônico (e-Gov) como um dos principais instrumentos de aplicação.

O conceito de e-Gov foi criado, não apenas para dar maior eficiência e eficácia às práticas e ações internas do Estado com vista ao oferecimento de serviços públicos, mas também para proporcionar, através do uso das TIC, uma boa relação com a sociedade no que tange à participação e controle das atividades do Estado.

A expressão formalizou-se internacionalmente em janeiro de 1999 quando Al Gore, então vice-presidente dos EUA, abriu em Washington o Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, com a presença de 45 países, cujo objetivo era melhorar a compreensão das alternativas disponíveis para a criação de instituições democráticas que fossem compatíveis com as necessidades e características da atual era da informação. A partir de então, o termo e-Gov passou a ingressar nas agendas governamentais como assunto de grande relevância, notadamente associado aos movimentos de reforma do Estado e às transformações na administração pública.

É no âmbito da construção da política de e-Gov, como subdomínio das políticas públicas de informação em Moçambique, que o presente artigo se propõe a discutir a noção de cultura de informação no desenho ou concepção do documento de explicitação dessa política, como um aspecto efetivo na relação Estado e sociedade.

A escolha do tema, inserido no quadro da pesquisa¹, resulta da premissa de que, sendo Moçambique um país em desenvolvimento² com as idiosincrasias socioculturais que possui, entre as quais se destaca a questão do baixo nível educacional, é “forçado” a aderir à política de e-Gov, no alinhamento às exigências dos países centrais. A questão da cultura de informação - que engloba o acesso e síntese dos conteúdos informacionais para posterior uso na Sociedade da Informação globalizada, deve ser levada em consideração.

Estima-se que a abordagem deste tema se revista de alguma utilidade, tanto para os agentes fazedores de políticas de informação, como para pesquisadores e profissionais de áreas afins, servindo como um dos suportes para futuras reformulações de políticas públicas de informação.

2 O CONCEITO DE CULTURA DE INFORMAÇÃO E SEU ENQUADRAMENTO NO GOVERNO ELETRÔNICO

Na literatura, o conceito de cultura de informação é utilizado e confundido frequentemente com competência informacional. Entretanto, existem diferenças quanto à aplicação destas duas terminologias.

A expressão competência informacional - *information literacy* (em inglês) - surgiu nos EUA, na década de 1970, concretamente em 1974, na sequência do relatório *The Information Service Environment Relationships and Priorities*, no qual se sugeria que o governo norte americano se empenhasse no desenvolvimento da competência informacional dos cidadãos para apropriação de inúmeros produtos informacionais disponíveis no mercado (DUDZIAK, 2003).

Na sua origem, o termo foi utilizado para designar apenas a destreza em lidar com computadores e redes eletrônicas. Em sua evolução, associada do processo da SI, o conceito de competência informacional remete à ideia de, não só sobreviver a essas barreiras derivadas da ampla e “caótica” disponibilização de informações via redes, como

¹ “A política de e-Gov de Moçambique e do Estado de São Paulo/ Brasil”-, a ser defendida em fevereiro de 2012.

² Que, sob ponto de vista de internacionalidade, fazem parte desse grupo (também chamados países do Terceiro Mundo, depois da Guerra Fria), os que, apesar das diferenças, as características como a dependência externa, o atraso científico-educacional (comparativamente aos países desenvolvidos), os índices proporcionalmente baixos de formação técnico-educacional, os consideráveis índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, a grande desigualdade social interna, entre outros, são encontradas em uma série deles, podendo, assim, ser abordados em grupo (MANGUE, 2007).

também, de munir o usuário de um conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e usar eficazmente uma informação em qualquer fonte, para a resolução de um problema ou para a tomada de uma decisão (CAMPELLO, 2003).

Já cultura de informação, não se refere apenas ao uso proficiente de recursos informacionais, mas também, à construção e compartilhamento dessa informação.

Porém, com vista a uma melhor compreensão deste conceito, afigura-se-nos pertinente resgatar a noção de cultura que, associado ao processo de transmissão e recuperação da informação, dar-nos-á uma dimensão conceitual mais abrangente do conceito de cultura de informação.

O conceito de cultura, como se sabe, remonta há vários séculos. Schein (2001, p. 29-36), define-o como um elemento que molda e integra um determinado grupo a um determinado ambiente e faz com que esse mesmo grupo adote a forma correta de pensar e agir nesse ambiente em que está integrado.

Esta definição remete para duas dimensões diferentes desse conceito - a antropológica e a sociológica, - sendo pertinentes as suas descrições, dada a abrangência que cada uma delas encerra.

Assim, do ponto de vista sociológico, o conceito de cultura refere-se a um

Conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais (BOTELHO, 2001, p. 74).

A dimensão sociológica de cultura não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado.

É uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los (BOTELHO, 2001, p. 74).

Já na perspectiva antropológica, a cultura produz-se através da interação social entre os indivíduos que

Elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (BOTELHO, 2001, p.74).

No processo de construção desse universo protegido, diversos fatores são levados em consideração, e podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de vários interesses, desde os profissionais, econômicos e esportivos, a interesses de origens étnicas, culturais, entre outros. E, no processo de construção desses pequenos mundos, a sociabilidade, com vista a uma melhor interação entre os indivíduos, constitui um aspecto básico (BOTELHO, 2001, p. 74).

Laraia (2007, p. 48), cita o trabalho de Kroeber³ (1949), no qual se coloca que o indivíduo, adquirindo cultura, passou a depender muito mais do aprendizado do que o agir através de atitudes geneticamente determinadas.

Embora o conceito de cultura abrangendo as duas dimensões seja importante, no contexto do presente artigo fixaremos na perspectiva antropológica, na medida em que nela o termo cultura remete para o caráter de partilha de conhecimentos, onde o indivíduo se encontra envolvido num “processo de formação, trazendo consigo uma idéia de cultivo e transmissão de hábitos, valores e conhecimentos, e de preparação do futuro adulto, para o seu ajustamento social enquanto indivíduo” (MARTELETO, 1992, p. 21).

Nesse sentido, esse processo de formação do indivíduo depende de mudanças radicais, que interferem nos hábitos e costumes de cada um, sobretudo no que se refere às relações de vizinhança, a sociabilidade, entre outros.

No mundo contemporâneo, a informação corresponde a uma maneira de construir a cultura num processo que se dá através de compartilhamento de informações. O aprendizado do mundo é realizado, hoje, não por uma relação direta, mas antes, mediado pelas informações que ordenam nossa cultura e dão sentido a nossa relação com o mundo. Ao mesmo tempo em que as informações são geradas, preservadas e transmitidas através da cultura, à produção e reprodução dos artefatos culturais em nossa sociedade dão-se a partir do modo informacional (MARTELETO, 1992), num contexto em

³ KROEBER, Alfred. “O superorgânico”. In: Donald Pierson (org.). **Estudos de organização social**, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

que o uso generalizado das TIC transformou a informação num instrumento de mediação entre o homem e a realidade. Aí, cultura e informação aproximam-se e se inter-relacionam.

Tomaél (2005) recorre a Solomon (2002)⁴, para conferir maior primazia ao papel da informação no processo de interação e compartilhamento entre as pessoas. A informação *“é construída pelas pessoas na interação com outras pessoas, com tecnologia e com algumas estruturas que as movimentam na vida e no trabalho”*. (TOMAÉL, 2002, p. 29).

Milanesi (1997) considera que a cultura *“é uma ação contínua que trabalha com a informação, a descoberta, separando a essência da aparência, desordenando a ordem convencional, criando um novo conhecimento”* (MILANESI, 1997, p. 127).

Nesse sentido, analisado no âmbito da informação, o termo cultura seria o primeiro momento de construção conceitual da informação⁵, como *“artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade”* (MARTELETO, 1995, p. 2).

Numa lógica em que a *“informação é o fio, a cultura, o tecido e a coletividade tece”* (MILANESI, 1997), o conceito de cultura de informação envolveria, então, a adoção/elaboração autônoma, crítica e criativa da informação previamente internalizada num contexto de produção de saberes. Ou seja, a cultura de informação permite que o indivíduo reflita e saiba o que importa para si e para o meio onde vive com vista ao uso presente e futuro.

A ideia que prevalece é a de que, sendo a cultura uma prática social capaz de produzir uma identidade coletiva, inscrita numa relação social de troca e partilha, o termo cultura de informação deve ser entendido como *“um conjunto de pressupostos básicos compostos por princípios, valores, crenças, ritos e comportamentos positivos em relação à construção, socialização, compartilhamento e uso da informação [...]”* (WOIDA; VALENTIM, 2006, p. 40). E, no contexto do e-Gov a cultura de informação tem de ser o alicerce no processo de mediação da relação entre o Estado e a sociedade, pois facilita e possibilita o compartilhamento dos conteúdos informacionais identificáveis pelos diferentes atores, através dos portais governamentais para, a partir daí, gerar mudanças

⁴ SOLOMON, Paul. Discovering information in context. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 36, p. 229-264, 2002.

⁵ que diz respeito não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais (MARTELETO, 1995, p. 2).

de nível cognitivo no indivíduo, de modo que este se apresente em melhores condições de decidir e exercer sua participação política e social com maior responsabilidade e consciência.

3 ANTECEDENTES E CENÁRIO ATUAL DA POLÍTICA DE GOVERNO ELETRÔNICO EM MOÇAMBIQUE

Conforme afirmamos anteriormente, o e-Gov remete para a ideia de utilização das TIC (particularmente a internet) tendo em vista facilitar o acesso às páginas oficiais dos órgãos da administração pública e obter informações ou orientação em alguns procedimentos, bem como a preencher documentos de modo mais conveniente do que a maneira tradicional.

No entanto, todos esses benefícios pressupõem, evidentemente, altos investimentos em tecnologia por parte do Estado com vista a estender ao cidadão os recursos que, efetivamente, vão permitir, em última instância, que ele possa comunicar-se virtualmente com o governo. Por outro lado, pressupõem a implementação de ações para erradicar o analfabetismo digital, decorrente de vários fatores, com destaque para a brusca mudança cultural conjugada com o grave problema da exclusão social.

Nesse contexto, para o caso moçambicano, o surgimento da política de e-Gov deve ser analisado tendo em conta o percurso sociopolítico, associado às condições da infraestrutura tecnológica e comunicacional do país.

Moçambique é um país jovem, independente de Portugal desde 1975. A população é estimada em 22.4 milhões de habitantes⁶, sendo que 9.8 milhões são do sexo masculino e 10.7 milhões do sexo feminino, com uma média de 26 habitantes por quilômetros quadrados (MOÇAMBIQUE, 2007).

No que tange à situação econômica, as crises econômicas sucessivas, e os processos da reforma que marcaram Moçambique entre 1974/75 e 1999, aliados à guerra civil que devastou o país durante 16 anos, conduziram a significativos custos sociais. Esses custos refletiram-se na qualidade de vida dos cidadãos face à necessidade de contrair os níveis de consumo para adaptá-los à realidade econômica do país. A incapacidade e a impossibilidade do Estado para prover o bem estar social impediram que

⁶ De acordo com o Censo populacional de 2007 efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE.

se criasse um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas econômicas, elevando os níveis de pobreza e o crescimento da exclusão, da reivindicação e da violência (DIAS, 2006).

A título de exemplo, no setor da educação, e apesar de avanços assinaláveis, subsistem enormes desafios, pois, dos cerca de 60% da população que era analfabeta em 1997, passada dez anos, em 2007, este percentual reduziu apenas para 55,6% (MOÇAMBIQUE, 2007).

É de se destacar que o nível de analfabetismo em Moçambique apresenta diferenças entre as regiões do país, entre os sexos e entre as áreas rurais e urbanas, sendo naturalmente maior nas áreas rurais, onde poucas mulheres sabem ler e escrever (RELATÓRIO..., 2007, p. 3).

Não obstante os esforços do governo para minimizar esse problema ainda se registram uma “baixa eficácia interna” do ensino, com níveis de rendimento pedagógico manifestamente baixo, fenômeno que está relacionado com a questão da língua de ensino, particularmente nos níveis Fundamental e Médio.

Recorde-se que o português é a língua oficial do país, de ensino e, o fato da maioria dos alunos entrarem na escola falando sua língua materna⁷, diferente da do ensino, faz com que “muitas competências e habilidades, sobretudo a competência comunicativa, adquirida pelas crianças, antes de entrarem na escola, não sejam aproveitadas” (MOÇAMBIQUE, 1999, p. 6), o que resulta, por sua vez, em alta retenção e/ou abandono escolar por parte dos alunos. Apenas a partir de 2005 é que o governo, estando ciente desse fato, introduziu um projeto piloto no qual, nas primeiras classes do ensino, e em paralelo com o português, as matérias são transmitidas, também, na língua materna da criança.

Em nível da comunicação, de acordo com Mabunda (2005), depois da independência, a rede de cobertura de transportes e comunicações não fugiu à precariedade dos aspetos acima relatados. O país continuou com a sua infraestrutura comunicacional bastante precária. Até aos dias de hoje, a rede viária ainda é insuficiente, cobrindo essencialmente as zonas urbanas e estabelecendo alguma ligação entre elas,

⁷ De acordo com INDE (2007), apenas 6% da população moçambicana tem o português como língua materna.

não respondendo às necessidades populacionais, econômicas ou de desenvolvimento do país. A maioria das vias rodoviárias do país, que na altura da proclamação da independência eram de terra batida, nos dias de hoje permanecem na mesma situação. As asfaltadas são uma ínfima parte no país. O telefone, que na época colonial não era do conhecimento de muitos nativos, apresenta atualmente, e apesar da sua divulgação, uma cobertura bastante fraca. Somente, a partir de 2006, a telefonia móvel registrou uma grande melhoria em termos de expansão e facilidades de uso, embora ainda subsistam dificuldades no que tange às condições de recarga de baterias, dependente da energia elétrica que ainda não está disponível em todas as regiões do país.

Não obstante este quadro, Moçambique foi persuadido a juntar-se às iniciativas internacionais desencadeadas por países do capitalismo central para a construção de infraestruturas de informação e do discurso da SI aprovando, em 2000, a Política de Informática e tendo o projeto de governo eletrônico como seu principal instrumento de aplicação. Nesse sentido, o e-Gov foi implementado e ganhou uma crescente aceitação na prática da governação. Para o governo, o e-Gov constitui

[...] o instrumento mais adequado para a colocação dos serviços públicos ao alcance do cidadão a qualquer momento e em qualquer lugar, para uma prestação de serviços mais eficaz e eficiente e menos dispendiosa, e para a redução da burocracia e oportunidades de corrupção (MOÇAMBIQUE, 2006, p.1).

A estratégia de e-Gov em Moçambique foi desenhada especificamente para apoiar a terceira fase da Reforma do Setor Público, programada para o período 1990-2011. Tal reforma é caracterizada pela revisão do modelo do setor econômico até então vigente e mudança dos princípios básicos que o nortearam, resultando, mais tarde, na implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que gerou uma grande mudança do próprio papel definido para o Estado. Nesta fase é notória a preocupação do Estado em criar condições básicas para uma mudança de atitude, planejamento e gestão, bem como a introdução de medidas de curto prazo e impacto imediato, capazes de dignificar a imagem do setor público.

O objetivo fundamental da política de e-Gov em Moçambique é de,

[...]melhorar a prestação de serviços públicos, usando o poder das TIC, por meio das quais o cidadão, em qualquer área da governação ou da atividade socioeconômica, pode exercer o direito de aceder, processar e extrair a informação que achar necessária para as suas realizações, bem como interagir e efetuar transações online com o governo (MOÇAMBIQUE, 2010,p. 1).

Com esse objetivo percebe-se que é intenção do governo, tentar transformar o e-Gov num poderoso instrumento de acesso aos serviços públicos em todas as dimensões políticas e econômico-sociais na prática da governação, “ficando o seu maior ou menor impacto a depender do maior ou menor grau de integração transversal nas políticas, estratégias e programas dos governos assim como dos recursos disponibilizados para a sua materialização”. (MOÇAMBIQUE, 2006, p. 1).

Contudo, pelas inferências desta pesquisa, constata-se que a operacionalização desse objetivo privilegia o determinismo tecnológico à frente dos aspetos educacionais, econômicos e socioculturais, o que torna o processo de implementação de e-Gov, tendo em vista uma efetiva relação Estado- sociedade, sem alcance de resultados efetivos. Para sustentar esta constatação, veja-se o depoimento de um dos entrevistados, (aqui identificado como Entrevistado- A), que manifesta tristeza pela escolha errada dos procedimentos na implementação da política de e-Gov em Moçambique:

Sabe, em relação a essa questão, há-de acolher essa informação que lhe vou fornecer com um choque muito grande. Descobrimos que cerca de 95 a 96% da capacidade de informática, tanto a capacidade técnica, como em recursos humanos, estava concentrada na cidade capital e isto é extremamente grave (...). Como é que vamos desejar que o funcionário público, ou o cidadão manuseiem os instrumentos tecnológicos, para acederem às informações se esse mesmo funcionário, ou esse cidadão não tem noções mínimas de informática?! (...). Então, tivemos que sentar e avaliar e chegamos a conclusão de que era preciso, primeiro, compreender o ambiente em que desejamos colocar a governação eletrônica e, com isso, descobrir formas para que essas pessoas tenham, efetivamente, acesso a informação por via das tecnologia (Entrevistado- A, 2011).

O depoimento deste entrevistado corrobora com o reconhecimento do próprio governo, quanto ao fracasso que o processo conheceu ao longo dessa fase. Perante essa situação o governo traçou várias medidas corretivas para: i) corrigir a rigidez do setor público que não se adaptou às mudanças ocorridas no contexto da sua inserção; ii) superar as deficiências relacionadas com a capacidade técnica e de gestão para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas; iii) elevar o nível de articulação governamental; iv) ampliar a transparência e a responsabilidade na gestão financeira e no uso dos recursos públicos; v) reduzir a distância entre o aparelho burocrático e a sociedade, conceber e operar mecanismos de participação do cidadão - exigência básica dos processos democráticos; vi) implementar uma política de recursos humanos que proporcione a valorização, o incentivo e a qualificação do servidor público bem como a mudança de atitude, do conhecimento e elevação do seu grau de

consciência ética e sentido de responsabilidade e compromisso para com o cidadão (MOÇAMBIQUE, 2001, p. 24).

4 POSSIBILIDADES, DESAFIOS E PERSPETIVAS DA UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE E-GOV EM MOÇAMBIQUE

O cenário acima apresentado remete à constatação de que a política de governo eletrônico de Moçambique caracteriza-se pela ausência de uma das quatro perspectivas do e-Gov, segundo a concepção de Lenk e Traunmuller (2001). Trata-se da perspectiva do cidadão, cujas premissas são baseadas na eficácia e qualidade dos serviços de utilidade pública prestados ao cidadão⁸.

O sucesso do e-Gov analisado e condicionado pela perspectiva do cidadão requer, em contrapartida, que este parta de uma cultura onde possa dominar conteúdos e aparatos tecnológicos que o possibilitará de manusear os conteúdos informacionais disponibilizados através das tecnologias de informação e, posteriormente, munido de uma competência informacional individual, sintetizar e compartilhar esses conteúdos para o uso em outros contextos e diferentes aplicações. Só a partir daí, esse cidadão torna-se um ator ou interlocutor pleno com o seu Estado e suas políticas.

Os fatores que condicionam a cultura de informação podem-se enquadrar no contexto do Fórum realizado nos Estados Unidos da América, em 1999, sobre a criação do e-Gov que visava à melhoria do desempenho dos governos e o fortalecimento das relações com o seu povo, onde um dos princípios acordados foi de que a inclusão digital deveria figurar entre as metas da criação do e-Gov o que não significava, com isso, apenas tornar os computadores economicamente acessíveis a todos, mas também tornar os *sites* do governo amigáveis em seu uso.

Nos países em desenvolvimento, a falta de uma infraestrutura de telecomunicação continua a ser um fator crítico de fracasso no processo para minimizar a exclusão digital,

⁸ Para além desta perspectiva centrada no Cidadão, as três restantes, segundo os autores são as seguintes: i) Perspectiva de Processos, visando repensar o *modus-operandi* dos processos produtivos ora existentes no Governo em suas várias esferas; ii) Perspectiva de Cooperação, que visa integrar os vários órgãos governamentais, e estes com outras organizações privadas e não-governamentais, de modo a que o processo decisório possa ser agilizado, sem perda de qualidade, assim como evitar-se fragmentação, redundâncias, hoje existentes nas relações entre os vários atores; e iii) Perspectiva da Gestão do Conhecimento que visa permitir ao governo, em suas várias esferas, criar, gerenciar e disponibilizar em repositórios adequados o conhecimento tanto gerado quanto acumulado por seus vários órgãos. (LENK; TRAUNMULLER, 2001)

apesar do crescimento do uso das TIC durante os anos 1990. Esse crescimento fez com que a lacuna na telefonia fixa e móvel diminuísse, mas, em contrapartida, uma enorme desigualdade digital emergiu e continua a crescer a cada dia. A título de exemplo, em Moçambique, o telefone que na época colonial não era de conhecimento de muitos nativos, atualmente, concretamente a partir de 2006, como afirmamos anteriormente, a telefonia móvel registrou uma grande melhoria em termos de expansão e facilidades de uso. Mas dados revelam que os índices de exclusão digital continuam altos devido à falta de investimentos sérios em infraestrutura tecnológica e de recursos.

A esse propósito, Aun (2001)⁹ enfatiza que o acesso à informação através do e-Gov dependeria de dois fatores importantes:

O primeiro é a exigência de infra-estrutura de tecnologia de redes informacionais e de avanços na área de telecomunicações. O segundo, o mais complicado, é o de acesso aos conteúdos informacionais exigindo nova formação educacional, onde além da capacidade de domínio técnico, os cidadãos precisam transformar informação em conhecimento para utilizá-lo de forma precisa e rápida. Exige como decorrência, saber selecionar, filtrar, reprocessar dados e informações, nem sempre de forma automática, mas de forma individualizada e dependente de contextos possibilitadores desse complexo processo (AUN, 2001, p.14).

Na verdade, os obstáculos ao progresso dos países periféricos, como Moçambique, “não estão na dificuldade de acesso aos capitais, mas sim no fato deles não disporem de conhecimentos suficientes para fazer uso das TIC” (LASTRES, 2000, p. 4).

Diante desse constrangimento cabe afirmar que o projeto do e-Gov de Moçambique, apesar de, na sua composição, ter definido a informação como prioridade, o que se verifica é que os aspetos/condições sociais e técnico-científicos do país não se alinham com aquilo que são as práticas, estruturas e política de e-Gov para que a informação chegue, efetivamente, aos cidadãos. Ou seja, na preparação da política do e-Gov de Moçambique, não nos parece que tenham sido observadas etapas básicas e importantes, nomeadamente, as relacionadas com os estudos de viabilidade, com vista a avaliar o nível de interesse e adequação dos cidadãos em relação às TIC. Tanto na política de informática, como no próprio projeto de e-Gov,

⁹ Antigo sobrenome de Marta Macedo Kerr Pinheiro.

o processo da informação não aparece como aspeto central em sua implementação. O mesmo pode-se afirmar em relação à representação da sociedade civil em que sua participação se inscreve apenas em processos de consultas esporádicas para legitimar o processo de sua implementação e não em mecanismos institucionalizados para o efeito (NHARRELUGA, 2006, p. 154).

Perante esse quadro parece ficar claro que, em Moçambique, a formulação e implementação atual da política de e-Gov não prevê os aspectos socioculturais inerentes ao país. O país situa-se numa das regiões onde existe um “estrangulamento” profundo com relação à distribuição e domínio das TIC, com níveis de conexão à internet extremamente baixa, se comparados com os países desenvolvidos. Numa avaliação feita a 152 países, pela União Internacional de Telecomunicações- UIT¹⁰, para medir o nível de acesso, uso e capacidade das TIC, referente ao período 2008/2010, Moçambique figura entre os dez últimos países na classificação (juntamente com Papua Nova Guiné, Guiné, Mali, República Democrática de Congo, Eritreia, Burkina Faso, Etiópia, Níger e Tchad), ocupando o 145º lugar. No topo do *ranking* temos os seguintes países: República da Coreia, Suécia, Islândia, Dinamarca, Finlândia, Hong Kong (China), Luxemburgo, Suíça, Holanda e Reino Unido.

Além das deficiências de infraestrutura, acresce-se o problema de analfabetismo, sobretudo funcional que, também, contribui para que a maioria dos cidadãos moçambicanos não possua habilidade/capacidade para ter os acessos plurais aos produtos informacionais disponíveis via TIC e aplicá-los em novos contextos.

Nesse cenário, e como tentativa de “puxar” pelos países periféricos, vale resgatar o pronunciamento de Aun (2001) que considerara ser um erro, dar primazia o domínio técnico das TIC no processo de acesso a informação. Torna-se, primeiramente, “necessária a aquisição de maior competência intelectual para melhor assimilação de conteúdos culturais e utilização de novos instrumentos” (AUN, 2001, p. 27).

Seguindo o raciocínio desta autora, temos que, ainda que a infraestrutura tecnológica não seja de grande nível para a implementação da política de e-Gov em Moçambique, esse fato não deve ser considerado como elemento impeditivo para manusear, com sucesso, as informações veiculadas por essa via. O que poderá impedir a assimilação é a falta de domínio dos conteúdos informacionais. É verdade que esse não é

¹⁰ Tabela disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2011-SUM-PDF-E.pdf . Acesso em: set. de 2011.

o único obstáculo de acesso a esses conteúdos, temos também a questão do “dilúvio informacional” (LEVY, 1999) ou, na concepção de Araujo (1995), “entropia de informações”, que se caracteriza pela dificuldade de obtenção de informações perdidas em sua abundância, duplicação ou excesso. Ou seja, diante de uma variedade de informações, é necessário possuir uma cultura de informação, algo que por si mesmo implica a consideração e adaptação de outras culturas preexistentes, que qualificarão o cidadão no domínio dos artefatos técnicos e as informações por eles distribuídas, com vista a permitir uma melhor seleção, construção, socialização e compartilhamento da informação para uso presente e futuro.

Nesse processo, o Estado tem, então, a responsabilidade de criar condições para que a integração da cultura de informação seja garantida entre os cidadãos. Essa responsabilidade poderá ser partilhada com outros atores e instituições públicas, como é o caso do Ministério da Educação que, nos currículos escolares, poderá contar, por exemplo, com a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação, a ser concebida apenas como ferramenta do aprendizado, mas que, na verdade, permitiria que os alunos começassem a familiarizar-se com a cultura de busca crítica de informações através desses artefatos tecnológicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo era o de trazer para reflexão à possibilidade de se considerar a cultura de informação, na formulação e implementação do e-Gov como subdomínio da política de informação em Moçambique, tendo em conta a situação sociocultural do país. Tomou-se como suporte a escassa literatura existente sobre o assunto que aponta, no panorama moçambicano, a ausência de explicitação da informação governamental que norteia os seus programas e ações, particularmente o projeto de governo eletrônico.

O artigo, embasado na pesquisa de doutorado, aponta para a existência, em Moçambique, de certa fragilidade de recursos e estruturas de informação reiterada pela ausência da inclusão, nas políticas públicas de informação, dos aspectos inerentes às realidades sócio-culturais do país. E como consequência disso, a dimensão da

informação que envolve tais políticas suscita questionamentos em vários quadrantes da sociedade moçambicana¹¹.

Sendo assim, entendemos que a política de governo eletrônico de Moçambique, antes de ser implementada, deveria preceder de abordagens das questões sócio-culturais e solução dos problemas de acessibilidade, nomeadamente, a questão da alfabetização e letramento digital¹² que, juntamente com a inclusão digital, possibilitariam a aquisição de uma cultura de informação dinâmica, com vista ao acesso e manuseamento eficaz dos conteúdos informacionais para, a partir daí, munir o cidadão de competências informacionais e inserí-lo na vida social como um todo, num processo que envolve vários atores e setores.

Não se pretende, com este artigo, desvalorizar o projeto de política de e-Gov em Moçambique, mas sim, contribuir para que ele, enquanto processo governamental seja reavaliado e, assim, sirva realmente aos propósitos e objetivos da sua criação e do próprio governo moçambicano, no âmbito da democratização do acesso à informação.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, V. H. de. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24,n.1,p.54-76, jan/abr.1995.
- AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT/ECO- UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.2, p.73-83, 2001.
- BRAMAN, S. **Change of State – Information, Policy and Power**. London: The MIT Press, 2006.
- BUZATO, M. E. K. Letramento digital abre portas para o conhecimento. **EducaRede**. 2003. Disponível em:

¹¹ Ver NHARRELUGA (2006)

¹² É pertinente notar a diferença entre Alfabetização e Letramento. Pessoas alfabetizadas são aquelas que dominam as técnicas da leitura e da escrita. Porém, podem não ser letradas, na medida em que, muitas delas não são capazes de interpretar e analisar, enfim, construir uma argumentação daquilo que leram. Mas um indivíduo letrado possui, necessariamente, uma competência que o possibilita construir um sentido, um conhecimento. (BUZATO, 2003).

Adelio Dias; Marta Macedo Kerr Pinheiro

Política de Governo Eletrônico em Moçambique: um olhar na perspectiva de uma Cultura de Informação

<http://www.educarede.org.br/educa/index.cfm?pg=internet_e_cia.informatica_principal&id_inf_escola=14>. Acesso em: 08 abr. 2012.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Brasília. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3 p. 28-37, set./dez. 2003.

DIAS, A. S. **A atuação informacional do Instituto Camões no processo de construção da cidadania moçambicana**: o caso de Maputo. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – ECI/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

DUDZIAK, E. A. A information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito antropológico**. 12. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2007.

LASTRES, H. M. M. O papel da ciência e tecnologia na era do conhecimento: um óbvio papel? **Parcerias Estratégicas**, n. 9, p. 14-21, out. 2000.

LEKN, K.; TRAUNMULLER, R. Broadening the concept of electronic government. In: PRINS, J. E. J. (Ed.). **Designing E-Government**. [s.l]: Kluwer Law Internation, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MABUNDA, M. E. **Desafios para uma sociedade de informação em Moçambique**. Maputo: Fundo de Fomento Mineiro, 2005.

MANGUE, M. V. **Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARTELETO, R. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

_____. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. [online].

MILANESI, L. **A casa da invenção**. Ateliê Editorial. São Caetano do Sul, 1997.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Plano curricular do ensino básico**: objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. (PCEB). Maputo: MINED, 1999.

Adelio Dias; Marta Macedo Kerr Pinheiro

Política de Governo Eletrônico em Moçambique: um olhar na perspectiva de uma Cultura de Informação

MOÇAMBIQUE. Comissão Interministerial da Reforma do Setor Público- CIRES P. **Estratégia global da reforma do setor público (2001-2011)**. Maputo: CIRES P. 2001.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia de Governo Eletrônico de Moçambique**: colocar os serviços públicos juntos ao cidadão. Maputo, jul. 2006. Disponível em: <http://www.intic.gov.mz/documentos/estrategia_gov_electronico.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

MOÇAMBIQUE. **Instituto nacional de Estatística**. Maputo: INE, 2007.

MOÇAMBIQUE. Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática. **Avaliação do grau de implementação da estratégia de governo eletrônico**. Maputo, 2010.

NHARRELUGA, R. S. **O governo eletrônico em Moçambique**: uma reflexão sobre políticas públicas de informação. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal Fluminense/IBICT, Niterói, 2006.

RELATÓRIO Nacional de Desenvolvimento Humano de Moçambique, 2007. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007.

SCHEIN, E. H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Cultura organizacional/cultura informacional: a base do processo de inteligência competitiva. In: VALENTIM, M. L. P. et al. **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE Editora, 2006. 282p.

Title

Electronic government Policy in Mozambique: a view from the perspective of an information culture

Abstract

Introduction: This paper discusses about the importance of the information culture concept on formulation and implementation of the Electronic government Policy in Mozambique, as subdomain of information policy.

Objective: The objective of this paper is to present a reflection about the use of information culture in the Electronic government Policy in Mozambique, considering the socio cultural situation of the country.

Methodology: Literature Review.

Results: Based on Mozambican point of view there is no explanation of the government information that guides their actions and programs, in particular of the Electronic government project as well as there is a certain fragility of resources and information structures, reinforced due to the lack of inclusion in the public policy information, based on socio-cultural realities of Mozambique.

Adelio Dias; Marta Macedo Kerr Pinheiro

Política de Governo Eletrônico em Moçambique: um olhar na perspectiva de uma Cultura de Informação

Conclusions: Information culture represents one factor that influence the implementation success of Electronic government Policy, as well as facilitates the understanding of citizens, therefore, should be used to develop information policies.

Key-words

Information culture. Electronic government in Mozambique.

Título

Política de gobierno electrónico en Mozambique: una mirada desde la perspectiva de una cultura de la información

Resumen

Introducción: La reflexión sobre la posibilidad del uso de la cultura de información en la política de gobierno electrónico en Mozambique, teniendo en cuenta la situación socio-cultural del país.

Objetivo: Discutir la propiedad del concepto de cultura de información en la formulación y ejecución de la política de gobierno electrónico en Mozambique, mientras subdominio de la política de información.

Metodología: Revisión bibliográfica.

Resultados: En el escenario mozambiqueño no esta explícita la información del gobierno que orienta sus programas y actividades, particularmente el proyecto del e-gobierno, y hay una cierta fragilidad de los recursos y de las estructuras de información, reforzada por la falta de inclusión, en las políticas públicas de información, de los aspectos inherentes a las realidades socioculturales de Mozambique.

Conclusiones: La cultura de información es uno de los factores relevantes para el éxito de la implementación de la política del e-gobierno, así como para la facilitación de la detención de parte de los ciudadanos y, por tanto, direccionar a la construcción de políticas de información.

Palabras clave

Cultura de la Información. Gobierno Electrónico. E-Gobierno. Mozambique.

Recebido em: 14/11/2011

Aceito em: 27/07/2012